SINMED-MG
SINDICATO DOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

Trabalho MÉDICO

Impresso Especial
7317236901/2001-DR/MG
Sind. dos Médicos Estado MG
...CORREIOS...

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
...CORREIOS...

Jornal do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed-MG - Ano 2 - nº 9 - janeiro/fevereiro 2007

Tribunal de Contas do Estado: parecer mostra que governo de Minas Gerais não aplica corretamente recursos na área da saúde

página 8

Contribuição sindical: Sinmed-MG é o destino certo

página 2

Concursos de "faz-de-conta"

Para atender às exigências do Ministério Público, prefeituras realizam concursos públicos que não resolvem o problema da falta de médicos nas unidades de atendimento. Salários aviltantes e más condições de trabalho não motivam a categoria e população continua mal assistida

página 5

editorial

Nesta edição do Trabalho Médico abordamos dois assuntos de grande repercussão na classe médica: o parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre os investimentos do governo estadual em saúde pública em 2005 e os concursos "faz-de-conta", realizados por alguns municípios apenas para cumprir determinação do Ministério Público.

As duas situações são exemplos de descuido e desrespeito dos gestores com a saúde pública, tanto no que se refere à população como aos profissionais que atuam na área. No primeiro caso, o relatório do Tribunal de Contas do Estado, publicado no jornal "Minas Gerais" de 2 de dezembro, confirma a denúncia que o Sinmed-MG e o Conselho Estadual de Saúde já haviam feito – o governo está colocando no orçamento da saúde, além das despesas com o SUS, outras que não deveriam fazer parte da lista.

As regras foram estabelecidas na Emenda Constitucional 29, de 2000. A Emenda estipula que o Estado deve investir na saúde 12% do orçamento total e ressalva, entre outros itens, "que consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas que sejam de responsabilidade especifica do setor de saúde não se confundindo com despesas relacionadas a outras políticas públicas que atuam sobre determinantes sociais e econômicos, ainda que com reflexos sobre condições de saúde".

Outro destaque são o que chamamos de concursos de "faz-de-conta", que acabam sendo apenas uma álibi para as prefeituras e não resolvem a situação da categoria nem da população. A reportagem ilustra o assunto com exemplos recentes de concursos e faz uma reflexão sobre o tema.

Diretoria do Sinmed-MG

Médicos de Ouro Preto e Contagem continuam mobilizados

Em Contagem, os médicos aguardam uma resposta do novo secretário de Saúde, Eduardo Penna. Em Ouro Preto, a situação continua crítica e diretores e delegados fazem reunião com o secretário de Planejamento João Bosco Perdigão para apresentar minuta do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira

página 4

Diretores e assessores reunidos com delegados sindicais de Ouro Preto na sede do Sinmed-MG

Médicos têm até 28 de fevereiro para quitar a contribuição sindical

Com o objetivo de onerar o mínimo possível o profissional médico, a diretoria do Sinmed-MG propôs o congelamento do valor da contribuição sindical/2007. A decisão foi aprovada em assembléia realizada em dezembro no sindicato. Assim, os médicos vão pagar este ano o mesmo valor de 2006: R$ 111,78. A data limite para quitar a contribuição é o dia 28 de fevereiro.

A advogada do sindicato Sônia Couto explica que a contribuição sindical é obrigatória para todos os médicos, sejam celetistas, estatutários, autônomos exclusivos ou de convênios, diferentemente da contribuição social, paga voluntariamente por quem se filia ao sindicato.

O tributo sindical, previsto na Constituição e na CLT (artigos 578 e 580), corresponde a um dia de trabalho do médico, ou 1/30 de cada salário que recebe, sendo descontado sempre no mês de março. Sônia avisa que, em caso de atraso, o profissional está sujeito a juros e multa. Já o não pagamento pode implicar em suspensão do exercício da profissão.

Pague a contribuição para o sindicato da sua categoria

Ao pagar a contribuição sindical para o Sinmed-MG, o médico, além de ficar quite com o fisco, reconhece o sindicato como seu legítimo representante e delega à entidade a defesa de seus direitos trabalhistas.

"Os médicos que pagam o tributo para outros sindicatos estão destinando esse recurso tão importante para uma entidade que não os representa e não prioriza as lutas da categoria por melhores condições de trabalho, vínculo, carreira e salário", alerta o diretor Financeiro do Sinmed-MG, Jacó Lampert.

Ele enfatiza que o sindicato se orgulha hoje de iniciar 2007 com saldo em caixa e sem dívidas: "A situação financeira atual é resultado da preocupação da nossa diretoria com o planejamento dos gastos e a transparência na utilização dos recursos; e da resposta positiva dos médicos que estão cumprindo seus compromissos com a entidade; além das quase 500 novas adesões", avalia.

Entre os serviços oferecidos pelo Sinmed-MG, Jacó destaca: as lutas pelo fim do vínculo precário; implantação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários nos serviços públicos de saúde; realização de concursos; implantação da Classificação Hierarquizada de Procedimentos Médicos; piso nacional unificado; as negociações salariais coletivas; assessoria jurídica e Comissão de Defesa do Médico.

Como transferir a contribuição sindical para o Sinmed-MG

Atenção, médico! Se você está pagando a contribuição sindical para o sindicato de outras categorias e deseja mudar para o Sindicato dos Médicos, é muito simples: basta quitar o boleto que você acaba de receber do Sinmed-MG (valor de R$111,78) até 28 de fevereiro, e apresentar o comprovante de pagamento no departamento Pessoal dos locais onde trabalha em tempo hábil.

Dessa forma, o empregador deixará de efetuar no seu salário o desconto que iria para outra entidade. Qualquer dúvida, na hora de protocolar o documento no seu trabalho, entre em contato com o departamento Jurídico do Sinmed-MG (3241-2811)

Contribuição social

Além da contribuição sindical, a que nos referimos acima, obrigatória, para usufruir dos serviços do Sinmed-MG o médico precisa se filiar à entidade, espontaneamente, e pagar a contribuição social (valor anual R$134,40). Se você ainda não é filiado ao sindicato, preencha a ficha de sindicalização encartada neste jornal e poste no correio. O selo será pago pelo Sinmed-MG. Com esse retorno, o sindicato fará contato e enviará um boleto para você efetuar o pagamento da contribuição social.

expediente

Publicação do Sinmed-MG
Sindicato dos Médicos do Estado de Minas Gerais
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
30130 090 - BH - MG
Fone: (31) 3241-2811
E-mail: geral@sinmedmg.org.br
Site: www.sinmedmg.org.br
Diretoria: Alessandra Nara Korres, Amélia Maria Fernandes Pessôa, Andréa Aparecida B. Alves, André Kiyomitsu, Aripuanã Cobério Terena, Aroldo Gonçalves de Carvalho, Carlos Romero F. de A. Lemos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, Eduardo Almeida C. Filgueiras, Élson Violante, Fernando Luiz Mendonça, Geórgia C. B. Medrado, Henrique Leonardo Guerra, Jacó Lampert, José Alvarenga Caldeira, Márcio Costa Bichara, Marco Antônio Torres, Maria Cristina R. V. Coelho, Maria Madalena dos S. Souza, Nagib Neves Abdo, Oswaldo Cruz Júnior e Wagner Alexandre Ezequiel.
Conselho Fiscal: Aloísio Prado Marra, David dos Santos Schmidt, Geraldo José Coelho Ribeiro, Jules Jésus Ayoub, Margarida C. Sofal Delgado e Paulo César Machado Pereira.
Assessoria de Comunicação: Eneida da Costa e Mônica Salomão
Jornalista Responsável: Regina Perillo - MT 11.697/SP
Textos e Edição: Regina Perillo Comunicação
Projeto gráfico, editoração eletrônica e ilustrações: Genin
Fotos: Gláucia Rodrigues
Impressão: Segrac
Tiragem: 26 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores

Comunicação do sindicato promove confraternização com jornalistas

Diretores e assessoria de comunicação do sindicato com jornalistas de entidades médicas e veículos

O Sindicato dos Médicos de Minas Gerais (Sinmed-MG) promoveu, no dia 6 de fevereiro, uma confraternização com jornalistas de TV, rádio, jornais impressos e assessorias de imprensa de entidades médicas de Belo Horizonte.

Segundo Eneida Costa, assessora de imprensa do Sinmed-MG, foram convidados jornalistas que estão presentes no dia-a-dia do sindicato: "Muitas vezes, falamos com esses profissionais só por telefone e o contato pessoal é muito importante. A confraternização também é uma forma de agradecer o apoio que temos recebido da imprensa. O sindicato nunca esteve tão presente na mídia como na atual diretoria. Para se ter uma idéia, atendemos mais de 150 solicitações de jornalistas de abril a dezembro", afirma.

Para o diretor de comunicação, Aroldo Gonçalves de Carvalho, o sindicato é cada vez mais procurado para falar sobre questões de saúde. Antes, as fontes eram principalmente a população e os gestores: "Temos hoje uma relação de respeito e confiança com a mídia", avalia. Destaca também a aproximação com a área de comunicação das entidades médicas.

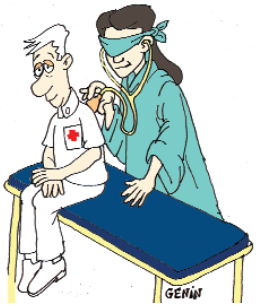
Luciana Melo, repórter de saúde do Caderno Gerais, do jornal "Estado de Minas", desde 2001, destaca que os médicos são uma das poucas categorias organizadas em sindicatos, associações e conselhos, o que facilita o trabalho do repórter. "Entre as entidades, o Sinmed-MG é uma fonte interessante, porque tem uma opinião mais crítica e acaba sendo o fiel da balança em muitas situações", afirma. Segundo Luciana, os assuntos relacionados à própria organização do sistema de saúde em várias esferas e às doenças são bastante complexos, exigindo dos jornalistas muita pesquisa e atenção na hora de escrever o texto.

Com 15 anos atuando em rádio e hoje chefe de reportagem do Sistema Globo de Rádio (Rádios BH, CBN e Globo), Infoglobo e sucursal do Jornal "O Globo", a jornalista Paula Rangel diz que o sindicato é uma fonte de informação muito bem organizada. Segundo ela, a assessoria de imprensa da entidade, que faz a ponte com os jornalistas dos veículos, tem feito um ótimo trabalho, passando sempre informações consistentes e em tempo hábil, o que facilita muito a cobertura da imprensa e as chances de a entidade ser consultada.

A dica que Paula dá aos médicos na hora da entrevista é que partam sempre do princípio de que o ouvinte está tomando conhecimento daquele fato pela primeira vez, portanto, sejam bastante claros, objetivos e evitem siglas e palavras difíceis.

Leandro Melgaço, produtor de telejornalismo da TV Record, elogiou a disponibilidade dos diretores do Sinmed-MG para entrevistas, destacando que saúde é um tema de grande interesse público e, por isso, bastante coberto pela emissora. Lembrou que, na cobertura televisiva, imagem é fundamental: "Se não houver uma boa imagem, a pauta acaba caindo", explica.

Departamento Jurídico do Sinmed-MG atende média de 100 consultas por mês



Um dos principais serviços oferecidos pelo Sinmed-MG aos médicos sindicalizados é a assessoria jurídica nas áreas de direito do trabalho e do direito administrativo. Em 2006, o departamento Jurídico atendeu uma média mensal de 100 consultas, conforme conta a diretora Geórgia Medrado.

Segundo a diretora, o tema das consultas varia muito, mas a maioria versa sobre contrato temporário firmado diretamente com a administração pública, principalmente no interior de Minas Gerais; possibilidade de rescisão do contrato em função de reiterados atrasos no pagamento de salários; providências na hipótese de dificuldade em ser nomeado e/ou tomar posse após aprovação em concurso público; providências em caso de recusa de pagamento de verbas rescisórias; e pagamento de adicional de insalubridade, horas extras e aposentadoria do servidor público.

Geórgia explica que o departamento Jurídico atua, ainda, no ajuizamento de ações individuais, em média dez por mês. A maioria das ações refere-se à cobrança de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em caso de contrato temporário firmado diretamente com a administração pública; cobrança de verbas rescisórias e demais direitos decorrentes de contratos firmados com empresas privadas; pedidos referentes à remuneração de servidor público; e pedidos relativos à nomeação e posse de médicos aprovados em concurso público.

Além das consultas individuais dos médicos e de ajuizamento e acompanhamento de ações, o departamento Jurídico também presta assessoria para a diretoria do sindicato na elaboração de pareceres e no acompanhamento de negociações.

Como utilizar os serviços

Além dos serviços prestados pela Muzzi Advogados Associados, o Sinmed-MG mantém convênio com dois escritórios de advocacia para consultas jurídicas sobre assuntos relacionados a causas previdenciárias, trabalhistas, familiares e comerciais.

As consultas são realizadas na sede do Sinmed-MG, por meio dos advogados da Muzzi Advogados Associados, ou nos escritórios credenciados, por meio de atendimento telefônico ou pessoal, pré-agendado ou não.

Para contatar o departamento Jurídico:
(31) 3241-2811, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h; rua Padre Rolim, 120, São Lucas, BH.

Fhemig: enquadramento na jornada de 24 horas previsto até julho/2007

Depois de mais de um ano de negociação, o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais recebeu da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig) uma previsão sobre o prazo para o enquadramento dos médicos da Fhemig que fizeram opção pela jornada de 24 horas. A data máxima sugerida para o enquadramento, que será progressivo, é julho de 2007.

SES e Fhemig encaminharam, na segunda quinzena de dezembro, à Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão (Seplag), um estudo sobre a extensão de jornada, demonstrando sua viabilidade administrativa, suas vantagens para o funcionamento do serviço de saúde e a economia de recursos.

A proposta enviada foi construída em conjunto com o Sinmed-MG. Durante toda a negociação, o sindicato buscou soluções negociadas que valorizassem o trabalho do médico, propiciassem vínculos sólidos e carreira progressiva. Além disso, solicitou que a concessão da extensão ocorra antes da nomeação dos concursados que vão ingressar no quadro da Fhemig com jornada de 24 horas e pediu prioridade para os médicos que já cumprem jornada estendida e estão em vias de se aposentar.

Para o presidente, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, a fixação do prazo é um avanço e uma vitória da categoria que se manteve unida e mobilizada, atitudes imprescindíveis para a conquista desse marco, visto que a proposta inicial da SES e da Fhemig, recusada duas vezes em assembléias, estendia o enquadramento até dezembro de 2007.

Próximos passos

O compromisso do governo é encaminhar à Seplag a solicitação da extensão de jornada dos médicos lotados no Quadro Setorial de Pessoal da Fhemig, cabendo a essa secretaria enviar o documento à Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças para análise e aprovação. De acordo com as negociações feitas na administração passada, o enquadramento entrará na pauta da Câmara agora em fevereiro.

"O envio da solicitação do enquadramento à Seplag é uma vitória do movimento dos médicos da Fhemig, mas a decisão final será da Câmara. Portanto, toda a categoria deve se manter informada e mobilizada para que nossas principais reivindicações sejam atendidas", avisa o presidente do sindicato.

Tão logo o enquadramento entre na pauta, os médicos que optaram pela jornada de 24 horas semanais serão convocados para, junto com a diretoria, participar da reunião com o intuito de pressionar por uma decisão que atenda às demandas da categoria.

Médico - caracterização de relação de emprego com entidade privada

A prestação de serviços pelo médico a hospitais, a despeito de, habitualmente, ser denominada de autônoma, depende, para o correto enquadramento, de uma detalhada verificação nas práticas do dia-a-dia, como a forma de realização do trabalho; e se é efetiva, por exemplo, a ampla ingerência nos horários. Não mantendo relação de subordinação e trabalhando nas atividades individuais, o médico conserva sua própria independência e dirige o seu tempo e o seu trabalho, atuando como patrão de si mesmo.

No exame dessa realidade do dia-a-dia, não raro nos defrontarmos com médico que, embora trabalhe com a alcunha de autônomo, mantém verdadeira relação de emprego com a entidade, sem, contudo, sequer ter sua Carteira de Trabalho anotada.

Os requisitos para configuração da relação de emprego encontram-se definidos no artigo 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que dispõe: "considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência desse e mediante salário".

São, portanto, quatro os requisitos essenciais para a caracterização do vínculo empregatício: a onerosidade, a pessoalidade, a continuidade e, principalmente, a subordinação jurídica.

A onerosidade caracteriza-se pelo pagamento de remuneração como contraprestação pelo serviço realizado.

A pessoalidade é a obrigatoriedade de prestação de serviços de forma pessoal, não podendo o médico, na prestação de serviços, fazer-se substituir por outrem.

A continuidade ou não eventualidade é caracterizada pela prestação de serviços de forma contínua ou por tempo determinado, para empregador que tenha como atividade fim a prestação de serviços na área de saúde.

Finalmente, a subordinação jurídica é considerada a possibilidade de o empregador dirigir de modo direto e permanente a energia pessoal do empregado no sentido de realizar os objetivos da empresa; ou seja, estabelecer a forma de prestação de trabalho e dirigir o empregado e lhe dar ordens direcionando, enfim, suas atividades. Ressalta-se, no entanto, que a subordinação jurídica não retira totalmente do médico a sua independência, já que ele presta um serviço extremamente técnico e necessita de determinada autonomia na execução, como, por exemplo, no caso de diagnóstico ou de prioridade no atendimento de urgência.

Porém, se o trabalho é prestado dentro dos requisitos acima citados, não é o médico um profissional autônomo, mas, sim, um empregado que tem direito à assinatura de Carteira de Trabalho e a todos os direitos decorrentes da relação de emprego.

Também é comum o empregador obrigar o profissional a abrir uma empresa e emitir nota fiscal pelo serviço. Mas não é o mero pagamento por meio de uma empresa que irá desfigurar a relação de emprego: se ajuizada uma ação trabalhista e restar provado que o médico tem uma relação de empregado, com os requisitos do artigo 3º da CLT, pode o juiz entender pela relação de emprego, com todos os direitos decorrentes, eis que o artigo 9º da CLT deixa claro que "serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação".

Em suma, é sabido que a profissão de médico poderá ser exercida tanto de forma autônoma, como com vínculo empregatício, assumindo o trabalhador, nessa última situação, a condição de empregado, desde que, na relação do dia-a-dia e independentemente do nome a que se lhe dê, haja a coexistência dos demais pressupostos fáticos do artigo 3º da CLT, ou seja, o desenvolvimento das funções pessoalmente, como colaborador permanente, em atividade normal do empregador, mediante salário e subordinação jurídica.

Tiago Luís C. Rocha Muzzi - *OAB/MG 71.874*
Sônia Couto - *OAB/MG 56.677*
Muzzi Advogados Associados S/C

Cristiano, presidente do Sinmed-MG, e a diretora Madalena reunidos com médicos de Contagem

Sindicato aguarda retorno do secretário em Contagem

Até o fechamento desta edição, a situação de Contagem permanecia indefinida. Os médicos da cidade resolveram, em assembléia realizada dia 31 de janeiro, na sede do Sinmed-MG, atender à solicitação do secretário de Saúde, Eduardo Penna, de um prazo para que a secretaria apresente uma proposta para melhoria das condições salariais e de trabalho dos médicos. Penna, que tomou posse dois dias antes da assembléia, alegou necessitar de um tempo maior para levantar os problemas e analisar as reivindicações da categoria.

A categoria vai esperar uma resposta do novo secretário até o dia 13 de fevereiro, quando realiza nova Assembléia Geral Extraordinária com indicativo de greve. Nas duas semanas concedidas ao secretário, os médicos continuarão mobilizados. Foram programadas ações para esclarecer a população e também envolver a categoria, em busca de apoio. Entre as ações, está uma pesquisa com médicos da cidade sobre os serviços de saúde no município.

Segundo o 1º secretário do sindicato, Fernando Luiz de Mendonça, a movimentação em Contagem já dura mais de dois meses, com várias reuniões, assembléias e duas paralisações de um dia da categoria. Ele destaca que, nas reuniões realizadas com o promotor de justiça Gilmar de Assis, do Ministério Público, e com o novo secretário, as reivindicações foram consideradas justas e lícitas. "Esperamos, agora, que sejam atendidas", disse.

Em Ouro Preto situação continua crítica e médicos buscam diálogo com a prefeitura

O secretário de Planejamento de Ouro Preto, João Bosco Perdigão, e assessores da Saúde receberam no dia 7 de fevereiro a minuta do Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos Médicos Servidores Públicos do município, elaborada pelo Sindicato dos Médicos. A reunião aconteceu em Ouro Preto, com a presença do presidente do Sinmed-MG, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, os diretores Eduardo Filgueiras e Madalena Souza e os delegados sindicais Cloves Eduardo Batalha Franklin, Darllem Govas Pimenta Barreira e Silvia Almeida de Oliveira Costa Martinez. Os médicos sentiram a ausência do prefeito, Ângelo Oswaldo, e principalmente do secretário de Saúde, Ariosvaldo Figueiredo Santos Filho. Nova reunião foi agendada para 15 de março, visando dar continuidade às negociações.

O documento entregue na reunião foi elaborado para substituir os artigos referentes à categoria na Lei Complementar 21, em vigor desde 1º de fevereiro de 2007. Segundo o sindicato, o Plano de Cargos e Vencimentos proposto para os servidores do município contém várias impropriedades graves, inclusive na definição do perfil dos médicos.

A reivindicação dos médicos de Ouro Preto é de que o Executivo envie a proposta do novo projeto de Lei para votação na Câmara, revogando, assim, o que está incompatível com a Constituição, as leis federais e as normas do SUS.

Segundo Eduardo Filgueiras, os médicos vêm encontrando grande resistência por parte do secretário de Saúde de Ouro Preto para negociar. O diretor destaca que a iniciativa de elaborar a minuta mostra a disposição dos médicos e do sindicato em apresentar uma solução para o problema.

Ouro Preto elege novo delegado

No dia 17 de janeiro, os médicos do município de Ouro Preto elegeram o quinto delegado sindical: Cloves Eduardo Batalha Franklin, urologista e médico do trabalho. Ele vem reforçar a representação do Sinmed-MG em Ouro Preto, somando-se aos delegados Darllem Govas Pimenta Barreira, médica pediatra; Silvia Almeida de Oliveira Costa Martinez, ginecologista, obstetra, homeopata e acupunturista; Cezar Gomes Carneiro Júnior, pediatra; e Ana Luíza Nazária de Carvalho Monte, clínica médica.

Informe publicitário

ESPECIALIAZAÇÃO LATU SENSU EM FITOTERAPIA

Curso destinado à classe médica

Estudo das Plantas Medicinais e suas aplicações clínicas.
Aulas práticas e teóricas - Reconhecido pelo MEC

Início: Maio/2007 Duração: 18 meses
Inscrições: 02/03/2007 a 15/04/2007
Informações pelo telefone: (31) 3275 1734
Site: www. fitoterapiamedica.com.br

Realização

Pharma Nectar
IBPM Instituto Brasileiro de Plantas Medicinais
unibave
IMMI

Municípios promovem concursos de "faz-de-conta"

Ribeirão das Neves, Contagem, Ouro Preto e Uberlândia são exemplos de cidades que assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público (MP) para regularizar os vínculos com o pessoal lotado na Saúde. O MP está em regime de tolerância zero com os municípios que teimam em contrariar a norma constitucional que determina o concurso como única porta de entrada para o serviço público.

No final de 2006, assistimos ao caos instalado em Ribeirão das Neves. A Justiça acatou pedido de liminar impetrado pelo MP e determinou a demissão de todos os prestadores de serviço contratados pela prefeitura. A cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte viu 2007 surgir sem lixeiros, auxiliares de serviços e médicos, além de outros profissionais. Quase 90% do pessoal de Neves era contratado e foi demitido. A prefeitura não cumpriu um dos itens do TAC, que previa a realização de concurso público para preencher as vagas ocupadas irregularmente por contratados, terceirizados, cooperados e outros vínculos precários que os gestores foram criando ao longo dos anos.

Em Contagem, a administração promoveu dois concursos nos últimos dois anos, como informa o site oficial da prefeitura. No último, foram aprovados 111 profissionais que deveriam tomar posse em novembro, mas o quadro de médicos da cidade continua incompleto. Motivo: os médicos não tomam posse, não se interessam em fazer parte do quadro de efetivos da Saúde do município.

Nomeados do HMOB

No concurso para o preenchimento de vagas de médicos no Hospital Odilon Behrens, que teve edital publicado em outubro de 2006, verifica-se, por meio de informações prestadas pela própria superintendência, que muitos aprovados não tomaram posse. Outros tomaram posse e já pediram exoneração; e outros tantos pediram reclassificação – foram para o final da fila dos aprovados.

Na especialidade anestesista, foram oferecidas 18 vagas e foi chamado o mesmo número de profissionais. Apenas 12 tomaram posse e um deles já pediu a exoneração. Dos seis restantes, três perderam a posse e três pediram reclassificação. Para a clínica geral, jornada de 24 horas, foram chamados 30 profissionais para preencher o mesmo número de vagas. Apenas 11 tomaram posse e dois deles já pediram exoneração. Na especialidade neurologista de urgência, para plantão de 24 horas, havia duas vagas. Dois profissionais foram chamados e nenhum se apresentou para tomar posse. No total, foram 130 nomeados e apenas 51 continuavam trabalhando até o final de janeiro.

Álibi produzido

Tomando como base esses exemplos, é de se concluir que, a despeito da fiscalização do MP, os gestores não estão cumprindo o TAC e a norma constitucional, afirma o presidente do Sinmed-MG, Cristiano Gonzaga da Matta Machado: "Estão fazendo de conta que estão cumprindo. Publicam editais, convocam os médicos, mas esses se recusam a trabalhar quando verificam a realidade das condições de trabalho oferecidas. Os salários são aviltantes. Ao invés de oferecer salário justo, que motive o médico a permanecer na rede municipal de saúde, os gestores usam a criatividade para inventar gratificações e abonos sobre um salário-base desprezado pela grande maioria dos médicos aprovados em concursos".

Segundo o presidente, para fixar os profissionais, é preciso, além da adequação dos salários, "garantir a carreira específica de médico, um plano de cargos e salários, segurança e condições de trabalho, especialmente em locais distantes, de difícil acesso e violentos".

Ao publicar o edital, realizar o concurso e chamar os médicos para ocupar as vagas, os gestores formalizam um álibi para apresentar ao MP e, eventualmente, à Justiça e aos Tribunais de Conta. Alegam que fizeram a sua parte, realizaram o concurso, mas os médicos não querem trabalhar.

"Para enfrentar esse drible que as administrações municipais vêm dando, não só na categoria médica, mas na população e até nos promotores públicos, é necessário que a sociedade reclame pelo seu direito à saúde de qualidade e o SUS é a política pública que dá acesso a esse direito", adverte Matta Machado.

Segundo ele, é importante dividir as responsabilidades entre os vários componentes do sistema: "O médico não pode ser responsabilizado pelas mazelas da saúde pública", afirma.

Eneida da Costa
Assessora de Imprensa - Sinmed-MG

Evento reuniu 1.276 médicos cooperados da Unimed-BH

Programa de relacionamento da Unimed-BH contribui para fortalecer entidades médicas

O Sinmed-MG, juntamente com o CRM-MG e a AMMG, passam a contar, a partir deste ano, com uma importante iniciativa da Unimed-BH. Trata-se de um programa de relacionamento para ampliar e valorizar a participação dos médicos cooperados em eventos e programas organizados pela cooperativa, proporcionando como benefício a quitação das anuidades das três entidades médicas. A iniciativa, segundo o diretor Financeiro do Sinmed-MG, Jacó Lampert, irá estimular o crescimento das três instâncias representativas da categoria, fortalecida como um todo, principalmente em relação aos médicos da grande Belo Horizonte.

O programa foi aprovado por ampla maioria dos médicos cooperados em dezembro, na maior Assembléia Geral já realizada na história da Unimed-BH, com a participação de 1.276 cooperados, o equivalente a 28% do quadro social da cooperativa. A reunião contou com a presença do presidente do Sinmed-MG, Cristiano Gonzaga da Matta Machado, e dos diretores Aroldo Gonçalves, Eduardo Filgueiras, Fernando Mendonça, Jacó Lampert, José Alvarenga Caldeira e Margarida Sofal.

Na prática, o programa estabelece um sistema que pontua a participação dos médicos em eventos e ações internas da Unimed-BH. Ao final de cada ano, apuram-se os pontos acumulados e 90% dos cooperados com maior pontuação serão beneficiados com a quitação do pagamento das anuidades das três entidades médicas, incluindo, no caso do sindicato, a contribuição social e a contribuição sindical obrigatória – o que ocorrerá a partir de 2008.

Os detalhes do funcionamento do programa, entre eles os critérios de pontuação, ainda estão sendo definidos pelo Conselho de Administração da Unimed-BH. A filiação à Associação Médica e a sindicalização continuam sendo voluntárias, mas a expectativa da cooperativa é de que o programa resulte em um estímulo efetivo à participação dos médicos junto às instâncias representativas da categoria.

"Vemos esse programa como um avanço nas relações institucionais entre a Unimed-BH e as entidades", define o presidente da Unimed-BH, Helton Freitas. "Acreditamos que o aporte de novos recursos contribuirá para que o sindicato se estruture melhor, não apenas na Grande BH, para defender as causas de interesse dos médicos. Sabemos da importância de entidades fortes, em especial para enfrentar as situações de exploração do trabalho médico e, nesse ponto em especial, os interesses do Sinmed-MG e da Unimed são plenamente convergentes", completa.

ESPAÇO AMIMER

Salvem a Residência Médica

Atenção médicos brasileiros: a pós-graduação em serviço Residência Médica (RM), considerada padrão ouro, está ameaçada!

Querem fazer da RM o que já fizeram com a graduação, ou seja, destruí-la. A meu ver, a graduação é órfã de representantes em todos os níveis. Por que? Porque o ensino piora a olhos vistos e o número de escolas está em elevação quantitativa, e não qualitativa. O que está sendo feito?

A Residência Médica, o último refúgio do indivíduo que deseja realmente se aperfeiçoar na medicina, corre risco. Querem, mais do que nunca, um caráter assistencialista da RM. Quem deve suprir localidades carentes de médicos especialistas são as secretarias de saúde, e não instituições que forneçam programas de Residência. Querem números ao invés de médicos bem capacitados e estão tentando manipular a regulação das normas da RM.

Felizmente, a Associação Nacional dos Médicos Residentes, juntamente com suas regionais, não permitirão esse descalabro. Contamos, mais uma vez, com instituições que representam os Médicos, com M maiúsculo: CFM, AMB e Fenam.

A ameaça está presente, mas os objetivos de manter a alta qualidade de nossa medicina, para atender à população brasileira dignamente, são maiores e prevalecerão.

Mantenham-se informados pelo site: *www. anmr.com.br.*

Daniel de Lima Silva Pereira -
Presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes

A força dos médicos na bancada estadual e federal

Minas elege 15 médicos, aumentando a representatividade da categoria junto ao Poder Público

Quinze médicos foram eleitos ou reeleitos no Estado como deputados federais e estaduais e tomaram posse no último dia 1º de fevereiro. Dez representam os mineiros na Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e cinco, na Câmara Federal de Deputados. Um número bastante expressivo, que aumenta a representatividade da categoria junto ao governo estadual e federal.

O "Trabalho Médico" procurou os parlamentares para saber o que pensam sobre a situação atual dos médicos, os projetos para o setor e como vêem a atuação das entidades da categoria em algumas lutas importantes.

Dois projetos que tramitam atualmente no Congresso Nacional foram citados por grande parte dos entrevistados: o PLP 01/2003, que regulamenta a Emenda Constitucional 29 (EC 29) e está para ser aprovado no Senado; e o PLP 3466/2004, que estabelece critérios para a aplicação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos da Associação Médica Brasileira (CBHPM), foi apreciado por quatro comissões da Câmara Federal de Deputados e está aguardando votação em Plenário.

DEPUTADOS ESTADUAIS

ANTÔNIO RINALDO VALÉRIO (PTC) - *23.252 votos / 1º mandato/ Natural de Divinópolis (MG)/ Clínico geral e cirurgião geral*

"A categoria médica é muito desunida, tem pouca representatividade. Nos últimos anos, o único movimento que conseguimos efetivar foi o da luta pela CBHPM, levada a sério e com união pela classe. Pretendo marcar audiências com a direção das entidades médicas em Minas para conhecer melhor quais são os maiores anseios e problemas da categoria. Vamos trabalhar também no fortalecimento das ações básicas de saúde nos municípios, na melhoria das condições de atendimento para os usuários do SUS e na regulamentação da EC 29."

CARLOS EDUARDO VENTURELLI MOSCONI (PSDB) - *72.295 votos/ 1º mandato/ Natural de Andradas (MG)/ Urologista*

"Sou presidente do Conselho Curador da Santa Casa de Poços de Caldas, já fui presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig) e quatro vezes deputado federal. O envolvimento com a política regional acabou me levando à candidatura estadual.

Existem diferenças no posicionamento dos colegas, e estamos vivendo um momento de maior dificuldade com relação às questões legais do exercício da profissão. Também há grandes dificuldades em relação ao SUS, não só no financiamento, mas também na revisão da tabela, importantíssima. Sou um dos autores da EC 29, que não está regulamentada até hoje. Quero trabalhar em sintonia com o sindicato e com as outras entidades médicas nessas conquistas."

CARLOS PIMENTA (PDT) - *53.154 votos/ 4º mandato/ Natural de Belo Horizonte (MG)/ Cirurgião geral e acupuntor natural*

"Durante os três mandatos, ocupei a Presidência da Comissão de Saúde, que antigamente se prestava a receber denúncias de possíveis erros médicos. Quando entrei, a primeira coisa que fiz foi cuidar para que ela deixasse de ter essa função. Agora, as denúncias são encaminhadas ao CRM.

Temos um trabalho forte pela valorização do médico universitário e da Residência Médica. Apoiamos também o programa de ajuda que o governo estadual está dando aos hospitais regionais com o Pró-Hosp, que tem viabilizado o trabalho em muitas unidades de médias e grandes cidades. Uma bandeira importante é a regulamentação da EC 29, para o custeio da saúde pública no Brasil. Somente assim, teremos a recomposição das tabelas do SUS e o melhor pagamento ao profissional médico."

Informe publicitário

CURSO DESTINADO À CLASSE MÉDICA

IMMI
Instituto Mineiro de Medicina Integral

ACUPUNTURA

PROGRAMA

- Diagnóstico e tratamento das doenças pela ACUPUNTURA, MOXABUSTÃO e VENTOSAS.
- Nutrição e Fitoterapia.
- Clínica de dor.
- Estudo comparativo das doenças e seu tratamento pela ótica ocidental.

Duração:
2 anos (1 final de semana/mês)

Reconhecido pela AMB

Início: 28 de abril de 2007

Local:
Associação Médica de MG
Belo Horizonte

Fotos sede do IMMI

INFORMAÇÕES: (31) 3275-1734
Site: www.immicursos.com.br - E-mail: immi@uol.com.br

FAHIM MIGUEL SAWAN (PSDB) - *56.311 votos/ 2º mandato/ Natural de Uberaba (MG)/ Patologista clínico e infectologista*

"Vejo a situação da categoria médica e do serviço público de saúde com bastante preocupação, principalmente no que se refere à questão salarial; e por causa do exagerado número de profissionais que estão se formando e de escolas de Medicina. No primeiro mandato como deputado estadual, integrei a Comissão Estadual de Saúde e trabalhei muito pela valorização dos profissionais de saúde. Sou autor de um projeto de carreira para os médicos do Estado, e quero ampliar essa discussão neste mandato.

Criei a Frente Parlamentar Estadual da Saúde, da qual fui presidente por dois anos. Em 2006, em sintonia com a Frente Nacional de Saúde, levamos uma caravana de deputados a Brasília para lutar pela regulamentação da EC 29. Pretendo dar continuidade a essas lutas."

JOSÉ ALVES VIANA - *Dr. Viana (PFL) - 65.494 votos/ 3º mandato/ Natural de Água Branca (SP)/ Anestesiologista e pediatra*

"Estou engajado na luta pela regulamentação da EC 29. Tenho cobrado do governo o cumprimento da emenda, porque, na condição de médico, sei o quanto a categoria e a prestação de serviço ao povo estão perdendo.

Acompanhei praticamente todas as reuniões referentes à CBHPM, um movimento que uniu os médicos de forma única. Bastante desunida antes, sem saber o valor que tinha e sem brigar pelos próprios direitos, a categoria acordou e está avançando. Demos um pontapé inicial, mas temos muito a reivindicar, principalmente em nível federal."

HELY TARQÜÍNIO (PV) - *37.570 votos/ 4º mandato/ Natural de Uberaba (MG)/ Cirurgião geral e generalista*

"Entre o meu terceiro mandato e este que se inicia, fui secretário de Saúde Adjunto de Minas Gerais. Vejo a situação da categoria médica com certa preocupação no que tange à sobrevivência da classe, porque estamos deixando de ser corporativistas e ficando multifacetados, o que enfraquece sobremaneira a categoria médica.

Estarei à plena disposição, com entusiasmo, para trabalhar pelos médicos em seus vários segmentos representativos. Precisamos repensar a classe como uma instituição forte, com capacidade de influência decisiva na política do Brasil. O médico tem obrigações com o contexto social."

NEIDER MOREIRA (PPS) - *65.979 votos / 2º mandato/ Natural de Itaúna/ Nefrologista*

"Para que os médicos não se submetam mais a subempregos ou a múltiplos trabalhos, é importante implantar definitivamente a CBHPM, com a devida codificação da classificação em Minas, proposta no projeto de lei nº 3.528/2006, de minha autoria, resultado de um trabalho em parceria com Sinmed-MG, CRM-MG e AMMG. O projeto já foi a plenário, teve todos os pareceres favoráveis, mas ainda não foi votado em dois turnos por falta de tempo hábil. Logo no início deste mandato, vou solicitar o desarquivamento. Depois, vamos discutir a questão financeira com as operadoras. Outra luta necessária é a regulamentação da EC 29.

O envolvimento do Sinmed-MG nessas questões é muito importante. A entidade também pode exercer sua liderança para tornar mais saudável o relacionamento entre os profissionais, seja dentro dos hospitais ou das cooperativas. A falta de união entre os médicos facilita a manipulação da classe. O segmento precisa fazer uma autocrítica sobre isso."

RUY ADRIANO BORGES MUNIZ (PFL) - *49.967 votos/ 1º mandato/ Natural de Montes Claros (MG)/ Ginecologista e obstetra*

"Em 2004, fui eleito vereador em Montes Claros, onde sou diretor das Faculdades Unidas do Norte de Minas (Funorte). Sou também diretor do Hospital de Olhos da Fundação Hilton Rocha, em BH.

Pretendo cobrar do poder público um investimento significativo na saúde para melhorar o trabalho dos médicos; e lutar por investimentos pessoais e estruturais em benefício do povo mineiro e brasileiro. Vou propor algumas mudanças no modelo do SUS, que tem virtudes, mas caminha para o colapso. Quando os procedimentos médicos contam com baixa resolutibidade, o retrabalho acontece muito e os recursos, escassos, são mal-utilizados. O ideal seria pagar pelos serviços eficientes, em centros que atendem com competência."

DEPUTADOS FEDERAIS

ADEMIR CAMILO PRATES RODRIGUES (PDT) - *68.743 votos/ 2º mandato/ Natural de Teófilo Otoni (MG)/ Ginecologista, obstetra, administrador hospitalar e médico legista e do trabalho*

"Vejo a situação da categoria médica com muita reserva. Acho que os profissionais precisam se unir mais e se relacionar diretamente com seus representantes políticos. Sozinhos, não conseguimos muito. Por isso, pretendo discutir com a classe um verdadeiro planejamento para elencar até cinco projetos importantes, entre eles o do Ato Médico. Quero realizar também um trabalho mais direcionado para a elevação da tabela do SUS; e a melhoria do Programa de Saúde da Família (PSF), em que há muitas falhas."

JOSÉ RAFAEL GUERRA PINTO COELHO (PSDB) - *80.300 votos/ 3º mandato/ Natural de Belo Horizonte (MG)/ Gastroenterologista*

"Como presidente da Frente Parlamentar de Saúde (FPS), criada em 1993 na Câmara dos Deputados, a nossa luta é árdua. Procuramos trazer todos para o debate. Agora, por exemplo, vamos ter que nos mobilizar novamente, porque o setor da saúde foi excluído dos benefícios da lei geral da micro e pequena empresa. O setor de turismo está incluído, mas o da saúde está fora!

O SUS não reajusta as tabelas e, em geral, os salários dos médicos são muito baixos. Em vários casos, as relações de trabalho são precárias. Os planos de saúde exercem forte poder econômico e nossa luta como pessoas físicas e profissionais de determinada classe acaba se tornando desigual. Outra dificuldade é a dupla cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na área de saúde pelos profissionais que integram uma pessoa jurídica. É também importante disciplinar a abertura de faculdades de saúde, porque há predomínio de interesses mercantilistas.

Há quatro anos, estamos lutando para regulamentar a EC 29. A área econômica bloqueia e o governo vem protelando a votação sistematicamente. A CBHPM, uma das prioridades absolutas da Frente Parlamentar da Saúde para resgatar a dignidade de médicos e usuários, não consegue ir a voto no plenário, porque a Agência Nacional de Saúde (ANS) faz objeções, provavelmente atendendo a *lobbies*."

MARCOS MONTES CORDEIRO (PFL) - *88 mil votos/ 1º mandato/ Natural de Uberaba (MG)/ Anestesista*

"A categoria médica vem sendo desvalorizada há muito tempo, devido a uma mercantilização da formação de muitos profissionais; e também por uma falta de reconhecimento da importância da classe, principalmente pelo governo federal, que não valoriza, como deveria, o trabalho dos médicos. Esse processo ocorre em cascata, chegando aos serviços públicos de saúde.

Para reverter a situação, precisamos contar com mais presenças nas reuniões das assembléias e nas câmaras, inclusive para rediscutir a EC 29. A bancada da saúde precisa ser um instrumento importante para valorizar a mão-de-obra médica. Não adianta só doar ambulâncias e construir hospitais; temos que investir no profissional médico, ainda dentro dos hospitais universitários. Nesse contexto, é importante fortalecer os sindicatos dos médicos. A classe precisa entender a importância da entidade e da contribuição sindical."

MÁRIO HERINGER (PDT) - *73.694 votos/ 2º mandato/ Natural de Manhumirim (MG)/ Ortopedista natural*

"A categoria médica está se deixando deteriorar sem o devido cuidado com a nossa imagem. Vou continuar tocando os diversos projetos que tenho no setor de saúde, para estabelecer uma relação de respeito e equilíbrio entre os tomadores e os prestadores de serviço.

Quando o deputado está aqui, representa o povo como um todo, mas, nas disputas segmentares, representa o setor que o elegeu. O médico precisa entender que, para sua profissão ser respeitada, é importante eleger os próprios representantes, pautar o sindicato e as associações pelas demandas que tem. É a participação ativa no processo de representação política, sindical e partidária que vai garantir um futuro melhor para a categoria."

Nota

Também foram eleitos os médicos Arlen Santiago (deputado estadual pelo PDT) e Eduardo Luiz Barros Barbosa (deputado federal pelo PSDB), que não retornaram as ligações até o fechamento desta edição.

Tribunal de Contas do Estado confirma: recurso da saúde não é aplicado corretamente pelo governo de MG

Depois de vários questionamentos do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais e do próprio Conselho Estadual de Saúde, a "briga" para que o governo do Estado adeque os investimentos com saúde ao que estabelece a Emenda Constitucional 29, que trata do financiamento do SUS, ganha um forte aliado.

No balanço de 2005, publicado em 2 de dezembro/2006 no jornal "Minas Gerais", o governo diz atender à Emenda, que estipula o investimento na saúde de 12% do orçamento do Estado. Embora o valor apresentado de R$1.852.247.673,08 corresponda ao percentual de 12,33%, o problema é que na conta da saúde existem vários intrusos, conforme mostra, na mesma publicação, o parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária do Estado (CAEO), do Tribunal de Contas do Estado.

Segundo Amélia Pessôa, secretária-geral do Sinmed-MG, as conclusões do Tribunal de Contas do Estado vêm confirmar o que o sindicato já sabia e fortalecer a luta para aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 01/2003, que regulamenta a EC 29.

Amélia explica que a EC 29 já determina os percentuais de investimento, mas como é muito genérica, vários Estados, entre eles Minas, colocam na rubrica da saúde despesas e investimentos que não são relativas ao SUS: "A aprovação do projeto é fundamental para definir melhor o que são as ações e serviços de saúde e quais os mecanismos de utilização, repasse e controle dos recursos", diz. A secretária-geral lembra que, apesar de toda a mobilização das entidades médicas, o PLP 01/2003 ainda não foi votado na Câmara e no Senado, o que se espera que aconteça ainda no primeiro semestre.

O que mostra o relatório

Abaixo, destaques do relatório do Tribunal de Contas. As informações e o parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária do Estado (CAEO) falam por si:

- Do montante despendido com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), R$1.852.247.673,08, 72,77% (R$1.347.805.757) correspondem à execução dos órgãos e entidades integrantes do orçamento fiscal do estado e 27,23% (R$504.441.916,00) referem-se aos investimentos em saneamento básico realizados pela Copasa. "Diante do exposto, o Tribunal de Contas conclui que mais uma vez o incremento das aplicações em ASPS ocorreu em boa parte em razão da inclusão dos investimentos citados acima", diz o relatório.
- No cômputo de despesas a *priori* incompatíveis com ações e serviços públicos de saúde (tabela 167 do relatório) estão: despesas com pessoal inativo (aposentadoria e reforma), sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, contribuições diárias, material de consumo, passagens e despesas com locomoção, despesas com pessoal decorrente de contratos de terceirização, serviços de consultoria, locação de mão-de-obra, outros auxílios financeiros a pessoas físicas.
- Segundo o documento, a prestação de contas mostrou que somente 49,141% do valor total (tabela 170) das despesas com investimentos foi aplicado em instituições que integram o Sistema Único de Saúde, a saber: Secretaria de Estado de Saúde, Fundo Estadual de Saúde, Fundação Ezequiel Dias, Fundação Hospitalar do Estado de MG e Secretaria de Transportes e Obras Públicas.
- No que diz respeito às aquisições de equipamentos e material permanente, chama a atenção o fato de as despesas executadas na PMMG (R$4.449.883,06) e computadas como aplicações em saúde superarem as realizadas pela Secretaria Estadual de Saúde (R$2.708.998,88) ou pela Fundação Ezequiel Dias (R$209.270.567,90), entidades que compõem o SUS.
- O documento também mostra que já na análise das contas em 2004, havia uma recomendação do Tribunal para redução do percentual de participação das despesas como investimentos em saneamento e assistência à saúde à clientela fechada (Instituto de Previdência Social dos Servidores do Estado de MG, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros etc), "**recomendação essa não acatada pelo Estado**. E, conclui: "Assim sendo, a Auditoria sugere a realização de inspeções *in loco* nos órgãos e entidades listados como realizadores de despesas com ASPS, para fins de apuração e levantamento de informações sobre a natureza e clientela dos serviços prestados".

Limites constitucionais da Saúde

Vale a pena ressaltar também o parecer do Tribunal sobre os limites constitucionais da saúde: "Visto que o Projeto de Lei Complementar que tramita no Congresso Nacional define com mais precisão as ações e serviços públicos que podem ou não ser computados como gastos com saúde para fins de atendimento ao limite estabelecido e que, quanto mais distante estiver o Estado do modelo federal, mais dificuldade terá em adaptar-se e cumprir o que será exigido, é recomendável que se vá reduzindo o percentual de participação das despesas que vêm sendo destacadas nos relatórios técnicos do governo (tais com investimentos em saneamento executados pela Copasa, despesas com assistência à saúde destinada a clientela fechada), **como forma não só de cumprir as disposições legais, mas também para que a aplicação esteja mais próxima dos anseios da população carente de melhores condições de atendimento na rede pública de saúde"**.

Delegação da Fenam no Fórum Social Mundial

O Brasil foi um dos poucos países a enviar uma delegação de médicos à sétima edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado de 20 a 25 de janeiro, em Nairóbi, na África. A iniciativa da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) chamou a atenção dos participantes do fórum e foi exaltada em várias ocasiões. O FSM é considerado o maior encontro da sociedade civil do planeta e reuniu este ano cerca de 100 mil delegados.

Delegação que representou a Federação Nacional dos Médicos no Fórum

Além do presidente da Fenam, Eduardo Santana, participaram da delegação de médicos brasileiros o presidente do Sinmed-MG e da Federação Sudeste dos Médicos, Cristiano Gonzaga da Matta Machado; o 2º vice-presidente da Fenam e também vice-presidente do Sinmed-MG, Márcio Bichara; e representantes dos sindicatos do Ceará, Rio Grande do Norte e São Paulo. Os nomes foram indicados por sorteio. Desde 2004, a Fenam envia representantes a todas as edições anuais do FSM.

Márcio Bichara conta que, paralelamente ao Fórum Social, aconteceu também em Nairóbi o Fórum da Saúde, em que os diretores tiveram a oportunidade de participar de vários painéis. Segundo ele, os eventos proporcionaram um grande momento de reflexão e uma oportunidade de se ter um olhar crítico sobre a saúde mundial: "Foi muito importante ver que o modelo brasileiro de saúde, representado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), apesar de todos os problemas, é referência mundial e que já caminhamos muito".

Fencom realiza seminário

A Fencom (Federação Nacional das Cooperativas Médicas) realiza o 1º Seminário Intercooperativo sobre Trabalho Médico, no dia 3 de março, na Associação Médica de Minas Gerais. O evento é uma iniciativa da Cooperativa de Trabalho Médico de Contagem (Coopercon) e contará com a presença de importantes representantes nacionais e internacionais do sistema cooperativo.

Com o tema "Trabalho Médico – Cenário atual, oportunidades e perspectivas", o objetivo do seminário é reunir cooperados, debater questões de interesse da classe médica e, principalmente, fortalecer o sistema cooperativista médico mineiro.

A inscrição é gratuita para cooperados do sistema Fencom. Para os não-cooperados, a taxa é de R$ 120. As vagas são limitadas. Mais informações: *seminario@fencom.com.br*.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO:
Sindicato dos Médicos de Minas Gerais - Sinmed/MG
Rua Padre Rolim, 120 - São Lucas
CEP: 30130 090 - BH - MG